



Joshua Hoehne/Unsplash

## Câmara aprova mudanças no Prouni e texto segue à sanção

A Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória que amplia o Programa Universidade para Todos, permitindo o acesso de alunos que cursaram o ensino médio em escolas particulares, sem bolsas de estudos. O texto aguarda sanção presidencial.

O critério para o benefício está mantido: os estudantes devem ter renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até três salários mínimos. “O ensino superior abre oportunidades aos alunos para atuarem no mercado de trabalho com o exercício de sua profissão e, assim, aumentar a renda familiar. Dessa forma, o Prouni é uma ferramenta de transformação social”, frisou Getúlio Lopes, membro do Conselho de Administração da AMIES e reitor do Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

A proposta já havia sido aprovada pelos deputados, mas retornou à Casa para a [análise de emendas feitas pelos senadores](#), sobre questões como ordem de classificação para a distribuição das bolsas (veja quadro ao lado), reservas para cotistas, fim das bolsas de 25%, comprovação de renda e estímulo à formação de professores. Essas novas regras foram bem recebidas pelo setor educacional, que acredita na necessidade de mais recursos para que o país alcance a Meta 12 do Plano Nacional de Educação. “Aumentar o financiamento público da educação, tanto para o Prouni quanto para o Fies, é medida importante para democratizar o acesso ao ensino superior e elevar o número de matrículas”, destacou Lopes.

### A concessão de bolsas seguirá a seguinte ordem:

- \* Professor da rede pública de ensino para cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, independentemente da renda;
- \* Estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- \* Estudante que tenha cursado parte do ensino médio na rede pública e parte na rede privada, com bolsa integral;
- Estudante que tenha cursado parte do ensino médio na rede pública e parte na rede privada com bolsa parcial ou sem bolsa;
- Estudante que tenha cursado o ensino médio completo na rede privada, com bolsa integral;
- Estudante que tenha cursado o ensino médio completo na rede privada, com bolsa parcial ou sem bolsa.

## MERCADO

▶ Afya amplia soluções digitais na área da saúde. Foco do grupo educacional para este ano é aproximar médicos e farmacêuticas.

▶ Maranhão atrai grupos educacionais para a abertura de cursos de medicina. Afya, Yduqs e Kroton estão investindo em várias cidades no estado.

▶ Em meio ao aumento de competição no setor, Hospital Albert Einstein investe R\$ 700 milhões em ensino e pesquisa em São Paulo.

▶ Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura entra com pedido de recuperação judicial.

▶ Grupo educacional de Lemann deixa segmento 'premium' com venda da rede de escolas Eleva.

▶ Ensino remoto é incorporado ao portfólio de produtos de educação. Redes se adaptaram rapidamente à realidade trazida pela pandemia.

▶ Brasil é o quarto país com mais transações em tempo real. País fica atrás apenas da Índia, China e Tailândia.

▶ País tem 51% dos domicílios nas classes D e E. Estudo aponta melhoria em relação ao ano passado, mas parcela segue acima da registrada há dez anos.

## MEC planeja ações para simplificar processos regulatórios ainda neste ano



O Ministério da Educação planeja simplificar os processos regulatórios e agilizar a tramitação feita pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres). “Em breve, devemos anunciar algumas mudanças significativas nos fluxos, redução de prazos e da burocracia desnecessária”, anunciou o ministro Victor Godoy. “O objetivo é melhorar a prestação de serviços, com mais transparência e mais participação da sociedade”, frisou.

Uma das ações é manter as visitas virtuais *in loco*. A iniciativa foi uma alternativa encontrada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para evitar a paralisação do trabalho de avaliação externa durante a pandemia. “Já foram

realizadas mais de quatro mil avaliações *in loco* desde a criação desse novo instrumento. Com isso, conseguimos redução de custos, mais transparência e mais velocidade na avaliação dos processos”, destacou Godoy. Segundo ele, a ideia é que as instituições possam optar por qual modelo de avaliação preferem adotar (virtual ou presencial).

Outra iniciativa é a parceria com instituições federais de ensino superior. “Está sendo estimada a colaboração de aproximadamente 300 servidores, para que possamos reduzir o passivo, que gira em torno de 21 mil processos regulatórios”, explicou a secretária da Seres, Diana Guimarães Azin. A pasta planeja ainda entregar, no segundo semestre, os novos sistemas e-MEC e e-Cebas.

## Portaria flexibiliza ensino técnico no país



O Ministério da Educação publicou, na semana passada, a [Portaria 314/2022](#), que flexibiliza a oferta de cursos técnicos pelas instituições de ensino superior privadas. A

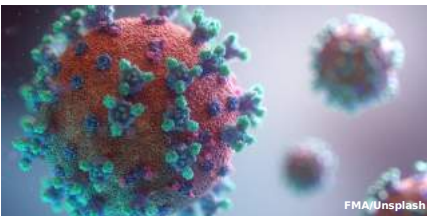
partir de agora, o aval será dado pela própria pasta, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, sem a necessidade da autorização dos conselhos estaduais de educação. “A habilitação dessas instituições vai trazer mais desenvolvimento para a educação profissional e tecnológica no Brasil, pela capilaridade e qualidade que elas possuem”, frisou o ministro Victor Godoy.



Internet de qualidade na sala de aula é um trunfo para melhorar o aprendizado, mas para uma grande parte das instituições da rede pública do país conexão adequada ainda parece um sonho distante. **Levantamento mostra que 20% das escolas públicas não estão conectadas.** Investimentos com recursos do leilão do 5G podem ajudar a mudar o cenário.



O governo chegou a um acordo para votar na Câmara o **projeto de lei que regulamenta o ensino domiciliar.** Texto é mais rígido do que pretendiam o MEC e a bancada evangélica, mas o governo cedeu para viabilizar a análise pela Casa antes das eleições.



Diante do recente aumento no número de casos de Covid em diversas regiões dos Estados Unidos, muitas universidades americanas decidiram **retomar a obrigatoriedade do uso de máscaras** em suas dependências. Algumas instituições chegaram a retornar às atividades remotas.

# Lei de cotas ajuda a reduzir desigualdades socioeconômicas



Pesquisadores da Universidade de Stanford mostraram que a **Lei de Cotas no Brasil** é eficiente e ajuda a reduzir desigualdades socioeconômicas no país. Utilizando dados do Inep e do Ministério do Trabalho, eles calcularam que os ganhos, tanto na renda quanto na qualidade da formação, para alunos cotistas é maior do que as perdas para os estudantes não cotistas que acabaram não sendo aprovados em uma universi-

dade federal.

O estudo acompanhou a trajetória dos estudantes e mostrou que as cotas fazem diferença na formação daqueles que ingressam pelo sistema. Para isso, foi analisada a trajetória dos candidatos que foram aprovados em último lugar nos cursos que selecionaram como primeira opção no Sistema de Seleção Unificada, tanto no sistema de cotas, quanto no de ampla concorrência.

## SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

### Deputados aprovam proposta que permite ao poder público o compartilhamento de dados

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que autoriza o governo a **compartilhar e a tornar público os dados e os microdados** obtidos por meio de exames e sistemas de avaliação da educação básica, de jovens e adultos, do ensino médio e da educação superior. O texto, que altera a Lei de Dire-

trizes e Bases da Educação, estabelece que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e o Inep devem editar um regulamento até seis meses após a publicação da lei, para tratar da anonimização e pseudonimização ao compartilhamento dos dados. Agora, a proposta será analisada pelo Senado.

## EXPEDIENTE

**Presidente:** Inácio de Barros Melo Neto | **Vice-presidente:** Ricardo Benedito de Oliveira | **Diretor administrativo:** Alexandre José Braga Chaddad | **Diretor Técnico:** Fernando Passos | **Conselho de Administração:** Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | **Conselho Fiscal:** Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Francisco Leal Salles Neto | **Jornalista Responsável:** Dulce Mesquita (DRT 4425/PE)